

A BURGUESIA AGRÁRIA: ELEMENTOS TEÓRICOS E INTERPRETAÇÃO OPERATIVA

Prof. Dr. Edegar J. Buzanello¹ (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - UFSC)

1. Introdução

Com a crise dos referenciais teórico-metodológicos para a análise das realidades sociais concretas, carecemos enormemente, nos últimos anos, de critérios mínimos e categorias conceituais adequadas que possam dar conta para explicar o real agrário, tanto em relação a sua matriz sócio-econômica como também em relação às ações políticas que sobre elas se assentam. A realidade agrária brasileira sofre profundas alterações estruturais nestes últimos anos caracterizadas pelo significativo avanço, controle e sua subordinação à lógica do capital. Modifica-se significativamente a composição técnica e orgânica do capital na agricultura, e junto também, transformam-se as relações sociais entre os homens mediatizados pelas relações que se estabelecem com o capital, sobretudo com a terra.

A acelerada concentração do capital agrário, juntamente com o intenso processo de proletarianização nestas três últimas décadas no Brasil, vem reforçar a atualidade das teorias de diferenciação social, pois, estão se formando neste contexto grupos sociais estruturalmente diferenciados e com descontinuidades significativas, que de forma crescente assumem suas identidades.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo central analisar alguns elementos teóricos e conceitos básicos que servem de orientação ao estudo da estrutura e, particularmente, da fração agrária da burguesia brasileira. Também pretende formular alguns critérios metodológicos operacionais que nos permitam uma maior aproximação, caracterização e análise da estrutura econômica produtiva agrária, particularmente da região sul.²

2. Elementos teórico-metodológicos: uma revisão crítica

Inicialmente podemos destacar que se tem realizado muitos estudos sobre a estrutura agrária brasileira e latino-americana, mas sofrem de consideráveis

¹ - Prof. Adjunto IV do Depto de Ciências Sociais - CCE/UFSC.

² - Este estudo foi apresentando originalmente em nossa tese de doutorado, *La Burguesía Agraria: Organización de Clase y Representación de Intereses en Brasil*. 1964 - 1988, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales - UNAM, México, D.F., 1991, pg. 26-36.

limitações, não obstante a importância teórica e empírica em seus momentos históricos.³

Muitos destes trabalhos analisam a estrutura agrária sem fazer distinção alguma entre o setor camponês e os capitalistas, como se estes fossem um *continuum*. Como ilustração podemos citar uma corrente teórica que alcançou seu auge nos anos sessenta e que priorizou, fundamentalmente, o tamanho e a forma de posse da terra como elemento definidor da estrutura agrária. No início dos anos setenta, materializa-se uma nova corrente de pensamento que enfatiza o estudo das formas de organização social da produção nas análises das realidades agrárias. Mais recentemente, outras teorias abandonam o instrumental e referencial teórico das classes sociais nas análises da estrutura agrária, dando mais importância a estudos sobre o complexo agroindustrial e a modernização e tecnificação como sinônimos de relações capitalistas na agricultura.⁴

Pensamos que a análise da estrutura social agrária não se deve limitar simplesmente à categorização, estratificação ou hierarquização dos diferentes agentes sociais mediante o uso de um ou mais critérios, mas sim deve captar os substratos mesmos em que assentam a ação política destes agentes enquanto sujeitos históricos e políticos; quer dizer, suas tendências, processos, posição social e estrutural.

Durante os últimos anos se constata, particularmente no Brasil, uma invasão positivista na forma de pensar e de analisar a realidade agrária. Forma parte deste processo o uso indiscriminado de categorias sociais que carecem de referências ou

³. Entre os diversos trabalhos destacamos o estudo do Centro de Investigaciones Agrarias (CDIA), *Estructura Agraria y Desarrollo Agrícola de México*, México, Fondo de Cultura Económica, 1974, pp 186-371. Consideramos que umas das principais limitações deste estudo se encontra nos critérios utilizados para estabelecer os distintos estratos de sua tipologia, os quais se apóiam, exclusivamente, no valor da produção. Não obstante sua importância para o processo de identificação das diferenciações sociais agrárias, pensamos que este não é suficiente já que se baseiam em diferenças puramente quantitativas. Agrega-se a isto a limitação entre uma unidade capitalista e uma camponesa, distinção que é fundamental para a análise da acumulação e do processo do capital na agropecuária. Dentro desta linha, também podemos situar o estudo de Geraldo Müller, "Agricultura e Industrialização no Campo no Brasil". *Revista de Economia Política*, vol. 2/2, n° 6, abril-junho/82, que não obstante identificar as unidades tecnificadas como capitalistas, tem o mérito de destacar que este setor é responsável pelo maior volume e valor da produção agrária, contrapondo-se pois, aos que consideram que a maior proporção provém da produção de base camponesa.

⁴. Esta orientação teórica pode se observada nos distintos trabalhos de Geraldo Müller tais como "Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil", *Revista de Economia Política*, Vol. 2, n° 6, abril/junho/82; "Insistindo na Recência do Complexo Agroindustrial Brasileiro", *Rev. de Economia Política*, s/d; "A velha Senhora Agrária e seus Novos Balangandãs", *Novos Estudos*, CEBRAP, Janeiro de 1985; "Ambivalência da Modernização Agrária: Ampliação do Modo Capitalista Intensivo de Produzir e Distribuir nas Atividades Agrárias", *Novos Estudos*, CEBRAP, n° 21, junho de 1988.

de um maior aprofundamento teórico. Desta maneira se multiplicam expressões tais como: "pequena produção", "produção familiar", "trabalhadores para o capital", "pequena produção familiar", "produção de subsistência", "sítios familiares", etc, para designar o campesinato. Da mesma forma, expressões como: "latifundistas", "fazendeiros", "latifundiários tradicionais", "produtor moderno", "produtor tecnificado", etc, para designar a produção capitalista.

O uso de expressões, que carecem de referências teóricas precisas, conduz a confusões e pode ter consequências a nível político; em muitas ocasiões, servem para esconder as diferenciações reais que existem entre os grupos, frações e classes sociais, já que ao homogeneizar as diferenças, obstaculizam o esclarecimento da suas ações e luta política. Pensamos que o estudo da estrutura agrária é de importância fundamental para se conhecer concretamente quais são os diferentes agentes do processo de produção, quer dizer, quem produz e quem se apropria do trabalho de outros. Além disto, devemos conhecer a forma histórica mediante a qual se manifesta o processo de exploração nos diferentes níveis da atividade agrária.

Posto que a burguesia agrária não se constitui em uma realidade homogênea, e sim diferenciada e complexa, é de fundamental importância para o nosso estudo apontar elementos teórico-metodológicos, que possibilitam captar suas características e diferenciações internas através da realização de uma tipificação, assim como permitam identificar mais concretamente sua composição, quais os grupos que existem e como se distribuem em termos geográficos, econômicos, produtivos, tecnológicos, históricos, organizativos e políticos.

Além de definir alguns conceitos e critérios mais gerais para a análise da burguesia agrária regional, pretendemos fazer um esforço para expressar quantitativamente a heterogeneidade das categorias e dos grupos sociais existentes neste setor. Por outro lado, é necessário destacar a enorme dificuldade com que nos deparamos para estabelecer com maior precisão uma caracterização empírica da magnitude das classes e, em especial, da burguesia agrária regional, dada a natureza das fontes disponíveis as quais, em última instância, se reduzem ao censo agropecuário. Este censo, não obstante suas múltiplas limitações e imprecisões, foi utilizado como instrumento básico para nossas análises. Entretanto, como os critérios que fundamentam a classificação das agrupações publicadas pelos censos são muito limitadas para nossos objetivos - posto que concedem muita importância ao tamanho da terra - recorreremos também às informações de uma tabulação especial do IBGE que, pensamos nos aproximar bastante ao que desejamos. Por outro lado, não pretendemos a precisão neste aspecto e, sim, apontar algumas aproximações e tendências quantitativas mais gerais, que nos permitam captar as peculiaridades dos diferentes grupos sociais existentes na agricultura regional e, fornecer elementos para a compreensão de suas posições e ações políticas na luta de classes.

Cabe, desde logo, fazer a definição de alguns conceitos básicos com os quais construímos a tipologia da estrutura agrária regional e avançar, mediante informações empíricas, na categorização social da burguesia agrária. Assim pois,

consideramos que um dos elementos centrais do processo de acumulação é a apropriação do excedente do trabalho. O trabalho não remunerado é a fonte básica da acumulação de capital e, portanto, o elemento fundamental para a definição dos setores dominantes na agricultura. Por outra parte, não se pode deixar de lado a importância que o monopólio da terra desempenha na criação do proletariado e sua submissão ao capital. A propriedade da terra, junto com o capital agrário constituem elementos centrais da acumulação capitalista na agricultura brasileira, assim como de seu processo de diferenciação social.

Para a formulação de uma tipologia sobre a estrutura agrária da região sul, nos basearemos em alguns estudos a respeito. Fazendo um levantamento preliminar sobre algumas tipologias já formuladas em vários estudos, destacamos os trabalhos de Juarez Brandão e os estudos da CEPAL.⁵

O estudo da CEPAL trata, em primeiro lugar, de separar a economia camponesa da economia empresarial, já que esta distinção é a que fundamenta sua tipologia. O critério fundamental de diferenciação é a contratação ou não de mão-de-obra extrafamiliar. De acordo com tal estudo, o setor camponês estaria constituído por unidades que não contratam mão-de-obra assalariada, ou que contratam uma quantidade marginal durante o ano agrícola, com um caráter complementar, não superior a 500 jornadas por unidade ao ano.⁶

Já o setor empresarial, segundo o mesmo estudo, compreende as unidades produtivas que independentemente de seu tamanho, contratam um considerável número de mão de obra assalariada, equivalente a mais de 500 jornadas anuais. Este, por sua vez, também foi dividido em diferentes categorias.⁷

⁵. Cf. Brandão, Juarez Lopes. *Do Latifúndio Empresa: Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo*. Vozes, CEBRAP, 1981, pp. 15 - 21; CEPAL, *Economía Campesina y Agricultura Empresarial*, Siglo XXI, 2ª edição, 1985, pp. 103 - 107. Ver também a respeito o estudo de Díaz Polanco, Héctor, *Formación Regional y Burguesía Agrária en México*, Ed. Era, 1982, pp. 107 - 119.

⁶. Como o setor camponês se compõe de unidades bastante heterogêneas, este foi separado em diferentes categorias, a saber: a) o de infrasubsistência: o potencial produtivo da unidade é insuficiente para a alimentação familiar e tem uma superfície arável inferior a 4 hectares; b) o de subsistência: o potencial produtivo ultrapassa ao requerido para a alimentação, mas é insuficiente para gerar um fundo de reposição e tem uma superfície arável entre 4 e 8 hectares; c) o estacionário: a unidade obtém um excedente acima do produzido para o consumo e é equivalente ao fundo de reposição, como também para certas reservas eventuais; d) o excedentário: gera excedentes acima de suas necessidades de reprodução simples.

⁷. O setor empresarial segundo o estudo da CEPAL foi dividido em: a) pequenos empresários: têm uma força de trabalho familiar significativa, porém, inferior à contratada, a qual varia entre 500 e 1.500 jornadas por ano; b) médios empresários: a força de trabalho familiar é pouco significativa e a mão-de-obra contratada varia entre 1.250 a 2.500 jornadas anuais; c) grandes empresários: a força de trabalho familiar carece de significação, em contraposição a mão-de-obra contratada que excede a 2.500 jornadas salariais por ano.

Entre a estrutura camponesa e a capitalista, segundo o estudo da CEPAL, situa-se um setor intermediário que por se diferenciar dos anteriores, foi designado como de *agricultores de transição*. Trata-se de uma categoria fluída, que possui uma capacidade de acumulação reduzida e errática.⁸ O estudo também estabelece uma nova classificação para a análise dos empresários tipicamente pecuaristas, já que estes apresentam especificidades e carecem de um tratamento diferenciado. É utilizado para este fim, como critério definidor básico, o valor da produção através do equivalente em novilhos produzidos.

Já o trabalho de Brandão, usando fundamentalmente os dados do INCRA, parte de quatro categorias fundamentais: a empresa agropecuária capitalista, o latifúndio, a unidade familiar produtora de mercadoria e a unidade camponesa, assim definidas:

a) O latifúndio: trata-se de grandes propriedades dedicadas à produção mercantil, que utilizam força de trabalho não somente assalariada. Este se constitui basicamente, pelo morador ou agregado que vive nas terras do proprietário e produz para a sua subsistência mas que, como forma de pagamento, dedica alguns dias de trabalho às atividades produtivas do dono. O latifúndio varia segundo a região, o tipo de atividade e o produto. É freqüente nas atividades de pecuária que a forma de pagamento do trabalho se dá em produto, neste caso um percentual em número de animais. A produção ou a criação de animais são extensivas e sua acumulação se baseia, fundamentalmente, no monopólio da terra.

b) As unidades camponesas: são constituídas por pequenos proprietários, arrendatários, parceiros ou ocupantes, que utilizam basicamente a mão-de-obra familiar, com a qual conseguem (no fundamental) sua reprodução como camponeses. As atividades são, quase sempre, de subsistência e somente são enviados ao mercado os excedentes do autoconsumo. É uma categoria que cada vez mais se vincula ao mercado, tanto pela comercialização dos excedentes, como pela compra crescente de produtos de primeira necessidade e pelo assalariamento temporário para a grande empresa.

c) As unidades familiares produtoras de mercadorias: trata-se de pequenos proprietários, arrendatários e, em menor escala, parceiros que têm uma atividade agrária mercantil que se baseia, fundamentalmente, na força de trabalho familiar utilizando, eventualmente, trabalho assalariado. Em geral são produtores especializados que têm estreitos vínculos com o mercado. Sua reprodução como categoria social se dá, basicamente, no mercado.

d) A empresa agropecuária capitalista: para estas unidades, a atividade agropecuária é uma atividade mais para o investimento do capital, com a qual se pretende alcançar o lucro médio. As relações de produção são assalariadas, nas quais se trata de restringir ao máximo a participação de trabalhadores assalariados permanentes e de que estes sejam mão-de-obra especializada como tratoristas,

⁸. Esta categoria mantém contratos de trabalho que variam de 25 a 500 jornadas salariais por ano.

contadores, administradores, etc. Os colonos e moradores são expulsos, o que dá lugar ao proletário rural puro, integrado por trabalhadores temporários que se aglomeram nas vilas ou periferias das grandes cidades. A produção é especializada e mecanizada e a composição orgânica do capital é elevada. A produção para o autoconsumo é reduzida e a reprodução se dá fundamentalmente no mercado.

3. Elementos de uma Tipologia Teórico-Operacional

Considerando o exposto anteriormente, pensamos que alguns aspectos podem ser incluídos na tipologia da estrutura agrária regional. Como já assinalamos anteriormente, para a compreensão desta estrutura, acreditamos ser fundamental a definição de critérios básicos que aclarem a posição dos diferentes agentes do processo de acumulação de capital na agricultura, ou seja, quem produz e quem se apropria do produto. Neste particular, tomamos como critérios básicos para a definição de nosso estudo, as relações de produção que se estabelecem no meio primário e, fundamental de produção e de acumulação, que é a terra. Assim pois, para fins operacionais, o número de trabalhadores contratados por diferentes tipos de unidades produtivas serão os elementos definidores de nossas categorias na agricultura regional.

Em razão de nossos objetivos aqui propostos, passaremos, de forma sintética, a apresentar a composição classista da estrutura agrária regional. Cabe ressaltar que não se trata de um estudo analítico das classes sociais sobre a agricultura brasileira ou da região sul. Mas somente de um esforço por apresentar um esquema sintético das classes fundamentais que intervêm no processo agrário da região sul do Brasil, procurando caracterizar e diferenciar as diversas classes, frações ou grupos sócio-econômicos, com o objetivo de compreender melhor suas ações no campo da luta política.

Desta forma, identificamos três classes fundamentais que participam efetivamente da estrutura agrária regional e que, por suas posições específicas e diferenciadas dentro do processo produtivo, manifestam suas identidades, interesses próprios e diferenciados em suas ações coletivas de classe. Deste modo, a nível regional distinguimos a burguesia agrária, o campesinato e o proletariado rural, definidos da seguinte maneira.

1) O *proletariado rural*: está conformado por trabalhadores assalariados permanentes e temporários e trabalhadores dependentes tais como moradores, agregados, parceiros, etc. Pensamos, contrariamente ao estudo de Brandão, que o predomínio do assalariado temporário sobre o permanente (que se restringe a poucos trabalhadores altamente especializados) não se constitui numa tendência estrutural, senão conjuntural, que está vinculada a determinados produtos que não alcançam todavia uma mecanização total. Tampouco estamos de acordo com a caracterização de assalariados temporários como proletários *puros*, por que isto supõe que os demais trabalhadores dependentes e proletários são *impuros*,

impróprios do capitalismo agrário e que a tendência do capital, portanto, é eliminá-los. Não acreditamos que se trata disto.

O surgimento massivo no Brasil do assalariado temporário durante os últimos anos é um fenômeno que se concentra, basicamente, na colheita do café, da laranja e da cana-de-açúcar, situando-se, sobretudo, na região sudeste e nordeste do país. Em contrapartida na região sul, cuja produção empresarial é em sua maioria totalmente mecanizada, a presença do assalariado tanto temporário como permanente tende a ser proporcionalmente mais reduzida. Assim pois, é importante destacar, que tanto as categorias dos diversos tipos de proletariado como suas magnitudes numéricas dentro do processo produtivo, estão determinadas pelo processo de acumulação de capital que, por sua vez, se restringe à possibilidade de mecanização em cada uma das fases que o compõem. Portanto, a intensificação da mecanização e automação agrária, que se difundem em quase todas as fases do processo produtivo, apontam tanto para um aumento da composição técnica e orgânica do capital, como também para uma maior expulsão e menor incorporação de trabalho vivo no setor.

2. *O campesinato*: está constituído por unidades de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros ou ocupantes que utilizam fundamentalmente o trabalho familiar. A contratação do trabalho assalariado é complementar e inferior ao trabalho familiar. Na região, podemos identificar no interior do campesinato, dois grupos básicos, que se diferenciam entre si por sua posição e interação no processo produtivo e no qual manifestam interesses distintos, a saber:

i) O *campesinato autônomo*: trata-se de unidades que, além de utilizar fundamentalmente trabalho familiar, não contratam força de trabalho assalariada e, em geral, tampouco utilizam força de trabalho mecânica ou animal. Produzem essencialmente para o autoconsumo, que se caracteriza por ser muito elevado em relação ao valor total da unidade. Suas necessidades de trabalho adicional, em períodos de maior demanda, são satisfeitas por formas de solidariedade vicinal ou familiar, através do uso do mutirão ou trocas de dias de trabalho e, muito raramente, pelo contrato de trabalho temporário. Sua reprodução material se dá, praticamente, fora do mercado. Com o intenso processo de mercantilização da vida agrária regional, durante os últimos anos, este grupo sofre profundas transformações já que gradualmente vem apresentando claros sinais de desintegração: por um lado se intensifica sua proletarianização, a qual se insere com crescente rapidez no mercado de trabalho assalariado das grandes empresas agrárias; e por outro, vai se mercantilizando cada vez mais, ora em relação a sua produção, ora em suas condições básicas de produção. Este grupo é equivalente, em termos gerais, às categorias de *infrassubsistência* e *subsistência*, elaborados pelo estudo da CEPAL.

ii) *Pequena produção mercantil*: a compõe, em sua grande maioria, pequenos proprietários e, em menor escala, arrendatários ou parceiros que além de utilizar intensa e basicamente a força de trabalho familiar, utilizam a força de trabalho assalariada, predominantemente temporária que, em geral, se efetiva de forma complementar. São camponeses cuja produção está altamente mercantilizada e

utilizam um elevado índice de mecanização e técnicas modernas. A reprodução da família e de sua unidade produtiva se dá, principalmente, no mercado. Em sua grande maioria ocupam propriedades menores de 100 hectares, sem assalariados permanentes e tendem a especializar-se em determinados produtos. Em termos regionais, a maioria dos camponeses se encontram nesta categoria de produtores, e se dedicam, basicamente, à produção de alimentos para o mercado interno.⁹

3. A Burguesia Agrária: está constituída pela classe dominante na agricultura regional. São os donos dos meios de produção, isto é, a terra, o capital agrário, o capital agroindustrial e agrocomercial. São empresas capitalistas que administram direta ou indiretamente a produção, servindo-se para esta finalidade, da contratação de um considerável número de trabalhadores assalariados, o qual forma a base de sua acumulação. É uma classe que mantém relações em constante oposição com os camponeses e proletários rurais, nos quais fundamenta a acumulação de capital apropriando-se de seu trabalho excedente.

Em geral, e de forma sintética, podemos considerar como integrantes da burguesia agrária, os empresários que fundamentam sua atividade no trabalho assalariado e na produção para o mercado, os quais participam dos setores dominantes tanto a nível regional como nacional.

Cabe destacar que a burguesia agrária não se restringe ao essencialmente agrário primário, senão que se expande a outros espaços, tanto anteriores como posteriores, da produção agropecuária. Isto significa que abarca, além da atividade agrária primária, as atividades de fabricação de insumos básicos e daqueles que têm a ver com o processo de transformação, agregando valor ao período pós-colheita. Dando por suposto o anterior e considerando que a burguesia agrária se encontra relacionada com os diferentes setores de atividades, nas quais detém uma relativa representação, pode-se formular a seguinte tipificação aproximativa dos empresários da região: a) empresários que se dedicam somente à produção primária; b) empresários para os quais a produção primária é fundamental e o processamento secundário; c) empresários que equilibram tanto o processamento e a produção primária; d) empresários para o qual a produção primária é secundária e o processamento principal; e, finalmente, e) aqueles empresários que se dedicam exclusivamente ao processo de transformação sem relacionar-se com a produção primária.¹⁰

Outros elementos importantes que podem ser considerados na análise da burguesia agrária são: sua origem e formação, antiguidade na atividade e integração do capital com outros setores de atividades. Desta forma, podemos

⁹. Para formular a definição deste grupo, servimo-nos - com algumas modificações - da categorização de *unidades familiares produtores de mercadorias* elaborada por Brandão no estudo anteriormente citado. Podem incluir-se também nesta classificação os produtores estacionários, excedentários e parte dos transicionais na categorização feita no estudo da CEPAL.

¹⁰. Ver a respeito o trabalho de Sérgio Gomes, *Nuevos Sectores Dominantes en la Agricultura Latinoamericana*. FLACSO-CHILE, n° 379, agosto de 1988, pp. 21-25.

destacar a origem do capital de cada um dos setores destas atividades como sua procedência tanto nacional como internacional; os diferentes vínculos e processos de integração que transcendem ao setor eminentemente agrário e que alcançam outros setores como o industrial, comercial e financeiro, formando com eles verdadeiros conglomerados e grupos econômicos. Em relação à permanência no setor, pode-se destacar, por um lado, a antiguidade, como elemento que permite evidenciar a continuidade da atividade no setor; e por outro, a presença recente, como elemento que caracteriza o processo de integração do capital que tem sido atraído por melhores perspectivas de valorização.

Não obstante o crescente processo de integração da burguesia agrária regional - o que dificulta a criação de categorias específicas que permitam caracterizá-la aproximadamente dentro de um sistema tipológico-operativo-, a temos dividido, em termos gerais e em função de sua atividade majoritária, em duas frações básicas, a burguesia agropecuária e a burguesia agroindustrial, assim entendidas:

a) A Burguesia Agropecuária: conformada pela empresa capitalista agropecuária que se reproduz a partir do uso da força de trabalho assalariado ou semi-assalariado e que está majoritariamente ligada ao processo produtivo agropecuário. Além disto, exerce o controle econômico sobre os meios de produção, opera em grande escala com meios de produção modernos e para o mercado, tanto externo como interno. São empresários capitalistas que administram diretamente ou indiretamente a exploração de suas terras, e selecionam os cultivos e as técnicas que se devem utilizar. Sua superioridade está diretamente relacionada com sua eficiência como organizadora da produção. Por outra parte, como não se trata de uma realidade homogênea e, sim, complexa e altamente diferenciada, encontramos, em seu interior, diferentes grupos sócio-econômicos que apresentam características próprias e que se situam em posições distintas que se faz necessário analisar, posto que possuem práticas políticas diferenciadas. Em termos regionais estes grupos são: i) as grandes unidades capitalistas formadas por todas as propriedades maiores de 1.000 hectares independentemente do número de empregados, e por propriedades que oscilam entre 100 e 1.000 hectares que tenham empregados permanentes; ii) as pequenas unidades capitalistas formadas por propriedades que têm assalariados permanentes e, em geral, utilizam assalariados temporários. Estão compostas por unidades de 100 a 1.000 hectares sem assalariamento permanente e por propriedades de até 100 hectares com predomínio do trabalho extrafamiliar, particularmente sob a forma assalariada (permanente e temporária).¹¹

A burguesia agrária regional, em suas diferentes dimensões, como já assinalamos anteriormente, não é homogênea em seu interior. Tanto a grande como a pequena burguesia, se estruturam e atuam em diferentes setores e produtos agropecuários, cujas formas e ritmos diferenciados de acumulação, expressam seus interesses específicos de grupo. Neste sentido, situamos alguns grupos de maior densidade

¹¹. Com respeito a este ponto, foram utilizados dois critérios fundamentais: a propriedade da terra e as relações de produção.

empresarial a nível regional a partir de sua origem, formação, integração, estruturação, ritmos e, sobretudo, especificidades nas bases de acumulação, a saber: os pecuaristas, cafeicultores, os arrozeiros, os triticultores, os sojicultores e, mais recentemente, os produtores de maçã.¹²

b) **Burguesia Agroindustrial:** em geral, esta fração burguesa no Brasil não provém do capital agrário, e sim se origina fundamentalmente, no capital comercial e industrial e tem grande participação do capital monopolista estrangeiro. É uma fração burguesa que fundamenta seus lucros no uso intensivo do capital coordenando suas atividades industriais com a agricultura. No interior desta fração se distinguem vários grupos econômicos que atuam em diferentes setores da produção agroindustrial. Estes vão desde a produção de máquinas, equipamentos, fertilizantes e insumos básicos para a agricultura, até empresas industriais dedicadas ao processo de transformação das diferentes matérias-primas de origem agropecuária. Em geral, e durante os últimos anos, estes setores também participam em outras atividades do comércio e das finanças, conformando verdadeiros complexos econômicos.

4. Considerações Finais

Nosso trabalho não teve a pretensão de esgotar a discussão a respeito, e sim fazer um esforço de construir uma tipologia operacional que permita uma aproximação de algumas categorias conceituais gerais com o real agrário, particularmente no que se refere à estruturação de grupos sociais, que de forma crescente vem assumindo suas identidades e expressando seus interesses.

Não obstante tratarmos do conjunto dos grupos existentes na agricultura regional, nosso interesse tem se centrado de forma especial sobre o empresariado rural: sua origem, formação, desenvolvimento, estruturação, dimensão, características, etc, como elementos que assumem uma determinada centralidade na explicação de suas ações enquanto grupo de interesses e fração de classe.

Procuramos, através da montagem de uma tipologia específica, dar conta de caracterizar e dimensionar de forma aproximativa o empresariado rural da região sul, suas diferenciações internas, suas vinculações sócio-econômicas, suas especificidades regionais, sua dinâmica e, sobretudo, possibilitar a compreensão de suas ações político-organizativas como sujeitos históricos dominantes, que redefinem suas posições estruturais a partir de suas lutas. Com isso queremos chamar a atenção para a importância de conhecer empiricamente a matriz sócio-econômica sobre a qual se assentam os interesses dominantes, (já que esta possibilita potencializar as ações no campo político), como também destacar a importância e autonomia relativa do político (organização, representação e

¹². Para uma análise da realidade regional a respeito dos grupos citados, suas características, expressão numérica, ritmo e taxas de acumulação, etc, cf. o capítulo iv, *La burguesía agrária regional: su formación e estructuración socio-económicas*, de nossa tese de doutorado, op. cit. pg. 272 - 335.

articulação de interesses de classe) na preservação, ampliação ou modificação das posições estruturais destes respectivos agentes.

Para a realização de nosso estudo, foram importantes o conhecimento de outras tipologias sobre a realidade agrária latino-americana e brasileira, através da análise crítica de suas contribuições, limitações e aproximações possíveis. Fazendo uso de uma tabulação especial junto ao IBGE, foi possível dimensionar as diferentes categorias no campo, através do cruzamento de dados, como o tamanho do estabelecimento com as relações básicas de produção, particularmente, a existência ou não de assalariados permanentes. Tal tipologia nos tem possibilitado também dimensionar e diferenciar internamente tanto o campesinato como a burguesia agrária. Sobre isto e de forma aproximativa, podemos conhecer, numericamente, no interior do chamado *campesinato*, tanto o segmento mais autônomo como a pequena produção mercantil. Enquanto esta assume um caráter de maior especialização, desenvolvimento tecnológico, reprodução junto ao mercado e vem se ampliando nos últimos anos, como parte das estratégias de terceirização das grandes redes de supermercados; aquele, ao contrário, está praticamente fora do mercado, tanto de mão-de-obra como de bens de produção e consumo, e apresenta significativos sinais de desintegração rumo a proletarianização e/ou à mercantilização.

Já no interior das classes dominantes agrárias podemos detectar e dimensionar um segmento, em crescente declínio, de grandes unidades sem uso do trabalho assalariado permanente, o que possibilita evidenciar tanto a existência do latifúndio improdutivo como de sua metamorfose nos últimos anos em empresas capitalistas. O latifúndio se constitui, portanto, em uma reserva de valor, em uma renda capitalizada que pode se transformar a qualquer momento em capital produtivo e, desta forma, participa da estrutura das classes dominantes da agricultura.

E, finalmente, pensamos que este instrumental teórico-operacional permitirá verificar tanto a existência de um setor empresarial agrário internamente diferenciado como suas transformações recentes. Assim, sob a forma de hipótese, contrariamente a muitos estudos que apontam para a inexistência de uma burguesia agrária regional, evidenciamos, de um lado, um empresariado expressivo que se forma, se estrutura, se ramifica e assume crescentemente sua identidade coletiva; e por outro, e como contraparte do processo anterior, um proletariado que se amplia e se especializa, juntamente com um *campesinato* que se diferencia, se desintegra e se proletarianiza em escala crescente, sobretudo, nos anos oitenta e início dos noventa.

Bibliografia

BRANDÃO, Juarez Lopes. Do Latifúndio "Empresa: Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo. Vozes, CEBRAP, São Paulo, 1981.

BUZANELLO, Edegar João. La Burguesia Agraria: Organización de Clase y Representación de intereses em Brasil. 1964-1988, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales - UNAM, México, D. F., 1991. (Tese de Doutorado).

CEPAL. Economía Campesiana y Agricultura Empresarial, Siglo XXI, México, 2ª edición, 1985.

POLANCO, Hectos Díaz. Formación Regional y Burguesia Agrária em México, Ed. Era, México, 1982.

CDIA - Centro de Investigaciones Agrarias. Estrutura Agraria e Desarrollo Agrícola de México, México, Fondo de Cultura Económica, 1974.

GOMES, Sérgio. Nuevos Sectores Dominantes em la Agricultura Latinoamericana. FLACSO-CHILE, num. 379, agosto de 1988.

MULLER, Geraldo. "Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil". Revista de Economia Política, vol. 2/2, num. 6, São Paulo, abril-junho/82.

_____. "Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil", Revista de Economia Política, Vol. 2, num. 6, São Paulo, abril-junho/82.

_____. "A Velha Senhora Agrária e seus Novos Balandandás", Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, jan. de 1985.

_____. "Ambivalência da Modernização Agrária: Ampliação do Modo Capitalista Intensivo de Produzir nas Atividades Agrárias", Novos Estudos, CEBRAP, num. 21, São Paulo, junho de 1988.